GRUPOS DE TRABALHO

NÚMERO	GRUPOS DE TRABALHOS	COORDENADORAS/ES
1	Ciências Humanas e Educação: Diálogos, Resistências e Conquistas	Camila Mainardi (UFG), Bernardo Fonseca Machado (UFG)
2	Desobediências e atravessamentos interdisciplinares/indisciplinados entre as artes, a filosofia e a sociologia: resistências epistemológicas e práticas de ensino	Carla de Abreu (UFG), Carmelita Felício (UFG), Marcela Amaral (UFG)
3	Diferenças, Desigualdades e Direitos Humanos em um Cenário de Crise	Camilo Braz (UFG), Luiz Mello (UFG), Maria Luiza Rodrigues Souza (UFG)
4	O Direito à Cidade e as Políticas para o Patrimônio	Ivanilda Aparecida Andrade Junqueira (UFG), Rildo Bento de Souza (UFG)
5	Direitos Humanos: perspectivas contemporâneas	Carlo Patti (UFG), Wilton Dias Barbosa (UFG), Isaque Elias Portilho (UFG)
6	Educação para a Democracia: desafios do atual momento brasileiro	Lucinéia Scremin Martins (UFG), Rubens de Freitas Benevides (UFG)
7	Epistemologias e Feminismos Negros	Luciana de Oliveira Dias (UFG), Lorena Francisco de Souza (UEG)
8	Estados Unidos e política internacional: direitos humanos, economia e desenvolvimento	Laís Thomaz Forti (UFG), Roberto Goulart Menezes (UnB)
9	Investigações em Movimento: estudos migratórios e os desafios da pesquisa de campo	Andréa Vettorassi (UFG), João Roriz (UFG)
10	Juventudes e o direito à Educação Básica	Flavio Sofiati (UFG), Miriam Fábia Alves (UFG) Sandra Oliveira (Seduc/GO)
11	Lazer e Consumo na Contemporaneidade	Cleito Pereira dos Santos (UFG) Mateus VieiraÓrio (UEG), Felipe Mateus de Almeida (UFG)
12	Movimentos Sociais e Poder Político	Nildo Viana (UFG), José Santana da Silva (UEG), Lucas Maia (IFG)
13	Negros, Indígenas e Quilombolas na Universidade: direitos, demandas e desafios à construção da educação pluriepistêmica	Alexandre Herbetta (UFG), Mônica Pechincha (UFG)
14	O Papel do Discurso Religioso na Democracia Atual: crises e conquistas diante do cenário político brasileiro	Flávio Munhoz Sofiati (UFG), Naiana Zaiden Rezende Souza (IFG/UFG)
15	Participação e Controle Social Contemporâneo: limites e possibilidades para o Brasil pós-redemocratização	Camila Romero Lameirão (UFG), Égon Rafael dos Santos Oliveira (UnB)
16	Performance Negra, Tradição e Contemporaneidade	Renata de Lima Silva (UFG), Elderson Melo de Miranda (UFG), Helder Carlos de Miranda (UFG)
17	Performances Culturais: desmontando ditaduras e exercendo democracias.	Robson Corrêa de Camargo (UFG), Eduardo Jose Renato (PUC GO), Nadia Weber (UFG)
18	Performances Culturais e Visualidades	Lara Lima Satler (UFG), Roberto Abdala Jr. (UFG), Alice Fátima Martins (UFG)
19	Relações Internacionais e a Nova Agenda Global	João Roriz (UFG), Diego Trindade d'Ávila Magalhães (UFG)
20	Sociologia das Práticas Urbanas	Lucas Amaral de Oliveira (UFG), Thaisa da Silva Ferreira (UFG)
21	Trabalho: crise, desigualdades e direitos	Jordão Horta Nunes (UFG), Tania Ludmila Dias Tosta (UFG), Lucinéia Scremin Martins (UFG)
22	Violência, Criminalidade e Controle Social	Dijaci David de Oliveira (UFG), Irmã Petra Silvia Pfaller (Pastoral Carcerária), Wilson Rocha Fernandes Assis (MPF)
23	Igualdade, Estado de Direito e Democracia na América Latina	Carlos Ugo Santander (FCS-UFG), Carlos F. Domínguez (Centro Universitário Unieuro)

GT 1: Ciências Humanas e Educação: Diálogos, Resistências e Conquistas

Coordenadores: Camila Mainardi (FCS-UFG), Bernardo Fonseca Machado (FCS-UFG)

No Brasil contemporâneo percebemos inúmeras disputas a respeito das práticas educacionais. A cada dia surgem notícias que (re)colocam tensões e reposicionam debates. Por um lado, tem-se questionado, por exemplo, a constituição e a validade dos saberes científicos, as práticas docentes - que, por vezes, são chamadas de doutrinárias – e até o aprendizado discente. Por outro, estão em pauta modelos não presenciais para a educação básica, a diminuição de recursos para a educação, a irrelevância do ensino de sociologia e filosofia e a restrição para discussões sobre gênero e sexualidade. Com esse tipo de postura coloca-se em risco a própria democracia e a garantia dos direitos humanos. Dessa forma, entendemos que é preciso refletir a respeito dos múltiplos processos educacionais - formais e não-formais - que existem no país e as disputas que os atravessam Consideramos que as pesquisas em escolas, mas também em diferentes espaços de ensino-aprendizagem, podem contribuir tanto para a prática docente como para iluminar caminhos mais democráticos. As disciplinas das humanidades, com suas abordagens e perguntas, pode contribuir nesse processo de problematizar discursos hegemônicos e lançar questões e propostas de modo a qualificar o debate sobre o lugar das diferenças.

Assim, este Grupo de Trabalho tem como objetivo promover o diálogo entre as disciplinas das ciências humanas e a área da educação. Serão aceitas propostas que se debrucem sobre temas como: criança e juventude, diferentes regimes de conhecimentos, educação indígena e quilombola, marcadores sociais da diferença nas escolas e afins. Pretende-se abrigar tanto pesquisas de cunho etnográfico interessadas nas dinâmicas específicas da educação formal e não formal quanto contribuições teórico-metodológicas que forneçam chaves de interpretação para as reflexões a respeito da democracia, das ciências humanas, da educação e dos direitos humanos.

GT 2: Desobediências e atravessamentos interdisciplinares/indisciplinados entre as artes, a filosofia e a sociologia: resistências epistemológicas e práticas de ensino

Coordenadoras: Carla de Abreu (FAV-UFG), Carmelita Felício (FAFIL-UFG), Marcela Amaral (FCS-UFG)

Com a compreensão de que o ensino de humanidades, articulado às perspectivas das teorias feministas e comprometido com a prática social, representa um dos caminhos possíveis para a construção da resistência e a garantia da democracia, nosso GT pretende acolher professoras/es, pesquisadoras/es, estudantes e demais pessoas interessadas em debater educação, democracia e direitos humanos, relacionados à atual disputa político ideológica que recai sobre a legitimidade científica e a formação intelectual nas diferentes áreas das ciências humanas, em especial as artes, a filosofia e a sociologia. O cenário - pós-golpe de 2016 - tem sido de ataques frequentes direcionados às humanidades, construídos por um discurso conservador que busca associar as áreas de humanas à doutrinação ideológica, sobretudo em seus alcances no campo dos estudos de gênero, feminismos, sexualidade, racismo, corporalidades, violência e política. A aprovação da Reforma do Ensino Médio e da BNCC, impactando currículos e conteúdos, e, mais recentemente, o "tom" que os atuais gestores vem imprimindo sobre o lugar das ciências humanas na produção de conhecimento, demonstram, também, uma forte reação aos importantes avanços que tivemos na produção científica, políticas de inclusão e formação docente, alinhadas a princípios democráticos e de direitos humanos, hoje ameaçados em diferentes dimensões. A proposta do GT é receber trabalhos oriundos de diferentes campos disciplinares, como relatos de pesquisa, ações de extensão, intervenções (a exemplo das experiências do PIBID), dentre outros, que discutam teórica e empiricamente as questões de gênero, raça, classe, artes, cultura visual, filosofia, sociologia, sexualidade, raça, corporalidades, (i) como campos de desobediência e desestabilização dos modos de pensar a educação, a democracia e os direitos humanos na cena contemporânea, (ii) como componentes curriculares indispensáveis à formação de professores e estudantes comprometidas/os com as "transvalorações dos valores" no campo das práticas de ensino das artes, da filosofia e da sociologia. Assim, receberemos trabalhos de pesquisa e de extensão concluídos ou em

desenvolvimento, que versem sobre as seguintes temáticas: a) práticas indisciplinadas frente à crise: ensino e produção de conhecimento em sociologia, filosofia, educação, artes e culturas visuais; b) desobediências e atravessamentos interdisciplinares para pensar espaços de justiça social; c) ativismos e práticas de resistência; d) feminismos, artes, filosofia e sociologia implicados com práticas pedagógicas de enfrentamento à ofensiva conservadora; e) discursos e práticas de violência contra mulheres, indígenas, negras/os e LGBTI, em espaços educacionais; f) corporalidades transgressoras; g) o contexto sociopolítico atual e as narrativas de masculinidade, branquitude e heteronormatividade.

GT 3: Diferenças, Desigualdades e Direitos Humanos em um Cenário de Crise

Coordenadores: Camilo Braz (FCS-UFG), Luiz Mello (FCS-UFG), Maria Luiza Rodrigues Souza (FCS-UFG)

Este Grupo de Trabalho pretende reunir análises e interpretações de processos contemporâneos potencialmente limitadores do exercício da cidadania e dos direitos humanos, da consolidação de um projeto político-social democrático e do acesso de sujeitos e grupos subalternizados a políticas públicas em áreas variadas. Nesse sentido, o interesse recai sobre pesquisas antropológicas, sociológicas e das ciências humanas em geral, que, partindo de contextos variados, tragam elementos qualitativos para uma discussão ampliada a respeito de itinerários e mobilizações em busca de acesso a políticas públicas em um cenário de crise. É central nas discussões que o GT pretende fomentar o peso de desigualdades produzidas a partir de distintos marcadores sociais da diferença e eixos de subordinação, tais como gênero, sexualidade, raça, etnia, classe, escolaridade, deficiência e geração, entre outros, compreendidos como categorias interseccionadas e articuladas de análise sociocultural em torno de relações de poder, marcadas por dominação e também resistências. Com este GT, busca-se promover a partilha de experiências de trabalho e pesquisas acadêmicas produzidas por estudantes de graduação e pós-graduação, docentes, gestoras/es públicas/os e ativistas sociais, interessados/as na produção de um conhecimento científico voltado à promoção da cidadania e dos direitos humanos. Em última instância, busca-se a valorização do conhecimento científico produzido nas áreas de ciências humanas

e sociais, com vistas ao enfrentamento das injustiças e à valorização da justiça, da equidade, da liberdade e, em última instância, da democracia.

GT 4: O Direito à Cidade e as Políticas para o Patrimônio

Coordenadores: Ivanilda Aparecida Andrade Junqueira (FCS-UFG), Rildo Bento de Souza (FCS-UFG)

A cidade é lugar de tensão e seus habitantes se apropriam dela diferentemente conforme seus interesses e anseios influenciando na construção de novas paisagens e modos específicos de vivência. A reflexão acerca do espaço urbano tem resultado em inúmeros estudos provenientes de várias áreas, tais como, História, Geografia, Sociologia, Antropologia, Arquitetura, Urbanismo, abordando além de sua dimensão física, a sua dimensão imaginária e simbólica. A proposta desse GT consiste em ampliar o debate acerca das transformações pelas quais passam as cidades e a importância das políticas para voltadas para o patrimônio como forma de garantir o "direito à cidade" aos indivíduos que nela habitam. A Constituição Federal normatiza o "direito à cidade" conforme está descrito no Estatuto da Cidade (Lei no 10.257/2001), no art. 2o , incisos I e II, que dispõem sobre o direito a cidades sustentáveis. Esse estatuto regulamenta os artigos referentes à política urbana no âmbito federal (arts. 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 – CF/1988). Por se tratar de um direito difuso e coletivo, de natureza indivisível, todos os seus habitantes se tornam titulares desse patrimônio adquirindo o direito de participar da produção de cidades justas, inclusivas, democráticas e sustentáveis. Sabemos que as cidades são dinâmicas e estão em constante transformação. De que forma esse processo de transformações afeta a vida dos cidadãos? Seus direitos são garantidos por meio das políticas públicas propostas? De que forma a preservação do patrimônio é tratado pela classe administrativa das cidades e como isso influencia a produção do espaço urbano? Novas propostas de políticas de preservação têm sido implementadas? Considerando tais questões, nossa proposta está aberta para receber trabalhos que discutam os processos de preservação do patrimônio e a importância da valorização da memória e das tradições como garantia ao direito à cultura e ao patrimônio. Nessa vertente se enquadram também pesquisas que se relacionam à museologia e aos

museus e instituições culturais, os quais são consideradas como "lugares de memória" e instrumentos pedagógicos que possibilitam a democratização do conhecimento ao ampliarem o acesso aos acervos que guardam.

GT 5: Direitos Humanos: perspectivas contemporâneas

Coordenadores: Carlo Patti (FCS-UFG), Wilton Dias Barbosa (FCS-UFG), Isaque Elias Portilho (FCS-UFG)

Recentemente, as novas configurações de poder no mundo baseadas em discursos que negam, entre outros valores, a própria ciência, também vêm preocupando aqueles que advogam a favor dos direitos humanos. Como se sabe, a linguagem dos mecanismos de promoção dos direitos humanos sempre foi delegada, de modo oficial, aos Estados. Estes, por sua vez, se reservam no direito de implementar tais direitos domesticamente. Isso representa um grande paradoxo visto que o caráter universal dos direitos humanos perde a sua aplicabilidade diante da constante reiteração dos princípios de soberania e de não-intervenção.

Partindo disso, os direitos humanos sempre enfrentaram obstáculos para sua implementação e cumprimento, especialmente em democracias jovens, onde esses ideais ainda não foram difundidos de forma efetiva dentro do corpo social. Questões relacionadas com os direitos civis, sociais, econômicos e culturais são pontos interconectados com os direitos humanos e que em grande medida não alcançaram um grau satisfatório de proteção em muitos países que se tornaram democracias, especialmente a partir da segunda metade do Século XX. Novos direitos (como, por exemplo, a eliminação de formas de discriminação contra minorias) encontram grandes barreiras para serem internalizados mesmo em Estados com uma agenda mais progressista como é o caso do Brasil.

A presente proposta tem como objetivo reunir trabalhos que discutam a questão dos direitos humanos no contexto contemporâneo, e, especialmente, em países que se caracterizam como democracias jovens. Os temas podem contemplar variados processos de pesquisa que se relacionem, por exemplo, com questões sobre implementação, eficácia, respeito, e garantias aos direitos humanos. Trabalhos que abordem casos de estudo, e outras

especificidades relacionadas aos direitos humanos em momentos mais recentes da história também serão aceitos.

GT 6: Educação para a Democracia: desafios do atual momento brasileiro

Coordenadores: Lucinéia Scremin Martins (FCS-UFG), Rubens de Freitas Benevides (FCS-UFG)

Este Grupo de Trabalho pretende reunir professores, pesquisadores, estudantes e demais interessados nos processos educacionais e suas contribuições para a democracia brasileira. O GT prioriza pesquisas com enfoque sociológico que explorem as diversas dimensões dos condicionantes sociais da educação e dos efeitos sociais dos processos educacionais, com o intuito de refletir e debater os rumos atuais da educação brasileira e os seus impactos para a democracia e a emancipação humana. Portanto, nessa perspectiva serão bem-vindos trabalhos que enfoquem: 1. Pesquisas sobre a política e suas inarredáveis relações com a educação e os sistemas de ensino; 2. Estudos sobre alterações na legislação educacional nos últimos anos, tais como LDB, BNCC, a Reforma do Ensino Médio, e suas consequências sociais; 3. A formação e a pesquisa no ensino de sociologia e filosofia nas graduações, nas pós-graduações e na Educação Básica, especialmente no Ensino Médio, etapa, em que a sociologia e a filosofia são obrigatórias em todas as séries. 4. Pesquisas que discutem perspectivas teórico-filosóficas com o intuito de enfrentar os desafios da democratização da educação na atual crise mundial, em sua manifestação específica no contexto brasileiro, e sua articulação com o processo sócio-histórico da emancipação humana. Coordenadoras: Luciana de Oliveira Dias (FCS-UFG), Lorena Francisco de Souza (UEG)

GT 7: Epistemologias e Feminismos Negros

Coordenadoras: Luciana de Oliveira Dias (FCS-UFG), Lorena Francisco de Souza (UEG)

A proposta deste Grupo de Trabalho é reunir produções que tenham como temática geralprocessos de construção sociocultural, política e histórica do racismo e do machismo e como esses processos dispararam graves violações de direitos humanos. O objetivo é submeter à discussão, desde uma perspectiva crítica e analítica, trabalhos que envolvam mulheres negras, feminismos negros (ou protagonizados por mulheres negras) e condições socioculturais e políticas necessárias para que a efetivação dos Direitos Humanos impulsionem uma luta contra-hegemônica (Santos, 2009). Para compreender e explicar os feminismos negros, a interseccionalidade - que permite perceber os eixos de discriminação em seus entrecruzamentos, ou a associação de sistemas múltiplos de subordinação (Crenshaw, 2002) - como uma proposta metodológica diante das epistemologias insurgentes pode favorecer a problematização, ampliação e refinamento de pensamentos e processos de produção de conhecimentos em perspectiva decolonial. Realçamos que a decolonialidade é capaz de inflexionar a consciência histórica e sociológica (Segato, 2016). Ainda sobre a interseccionalidade, importante destacar que ela permite estabelecer uma (re)conexão entre dimensões da existência humana que foram separadas por processos hegemônicos de produção de conhecimentos ocidentais e frequentemente eurocêntricos.

O feminismo negro, tomado também como uma orientação teórico-crítica, habilita o reconhecimento da perversa desigualdade que estrutura as relações étnico-raciais e de gênero, nas mais variadas sociedades. Assim sendo, apresentam-se como muito pertinente o uso de categorias como "amefricanidade" (Gonzalez, 1988), que permitem captar as múltipas experiências de pessoas negras em contextos diaspóricos nas Américas; ou de noções que afirmam não ser possível uma hierarquia de opressões (Lord, s/d), ainda assim devendo ser reconhecidas em suas singularidades que fazem com que negras lésbicas apresentem trajetórias diferentes de negras heterossexuais, por exemplo. Ao reconhecer e problematizar essas desigualdades é provocada uma espécie de abertura decolonial que possibilita pensar, a partir de horizontes epistêmicos não hegemônicos, culturas colonizadas no contato com a modernidade. Compreendemos que as Ciências Sociais podem abrir profícuos canais de comunicação, e aprofundados momentos de interlocução, permitindo-se ser interpelada pelo

feminismo negro e assim aprimorar pensares e fazeres mais sintonizados com uma perspectiva anti-racista, anti-machista e mais democrática. Enfim, neste GT pretendemos acolher resultados de pesquisas e estudos que tenham enfoque nas relações ético-raciais e de gênero, em especial no feminismo negro e seu potencial interpelante a instâncias de produção de conhecimentos, bem como sua iminente colaboração na luta pela efetivação de direitos humanos.

GT 8: Estados Unidos e política internacional: direitos humanos, economia e desenvolvimento

Coordenadores: Laís Thomaz Forti (FCS-UFG) e Roberto Goulart Menezes (IREL-UnB)

A ascensão do presidente Donald Trump ao poder em janeiro de 2017 promoveu uma reconfiguração da estratégia de política externa dos Estados Unidos e tem provocado preocupação em seus aliados e instabilidade no sistema internacional. O posicionamento do governo Trump revela as contradições presentes no atual contexto internacional: se por um lado, o país se mantém como uma potência política e militar responsável pela definição dos parâmetros sobre os quais se constroem as normas que regem a ordem mundial; ao mesmo tempo, encontra desde o final do século XX dificuldade para manter sua posição de potência econômica, ainda que continue sendo a principal economia, uma vez que o processo de globalização propiciou uma conjuntura favorável para a expansão econômica chinesa. Esse Grupo de Trabalho é acolherá propostas que contemplem temáticas que relacionem as políticas doméstica e internacional com ênfase nos direitos humanos, economia e desenvolvimento. O objetivo desse GT é discutir o papel dos Estados Unidos na estruturação e gerenciamento da governança global, aspectos da política comercial, da política econômica, o papel do dólar e seus desafios no pós-crise de 2008, as relações com a América Latina, os desafios postos a democracia, o meio-ambiente e energia e a segurança internacional.

GT 9: Investigações em Movimento: estudos migratórios e os desafios da pesquisa de campo

Coordenadores: Andréa Vettorassi (FCS-UFG), João Roriz (FCS-UFG)

O fenômeno migratório e suas variáveis (refúgio, expatriados, tráfico de pessoas) tem sido uma preocupação recorrente das pesquisas nas ciências sociais e áreas afins. Por isso, o GT se interessa por investigações das temáticas acima, mas considera, com especial atenção, as análises e reflexões sobre pesquisas multi-situadas, também definidas como multi-localizadas ou transnacionais. A este respeito, para além dos estudos clássicos antropológicos, buscamos incluir trabalhos que assumam perspectivas multi e interdisciplinares, a partir de olhares como os da sociologia, relações internacionais, ciência política, geografia, entre outros. Por outro lado, conscientes de que, apesar do uso prevalente da observação participante, a etnografia, desde os seus inícios, utiliza múltiplas técnicas e está aberta a diversos instrumentos e análise de dados, procuramos trabalhos que examinem as potencialidades e limites do uso de fontes como as entrevistas, conversas, fotografias, vídeos, documentos, registros de dados e memórias, assim como de histórias de vida e autobiografias. Finalmente, em sintonia com as mudanças propiciadas pelas novas tecnologias da informação e comunicação, estamos também abertos às análises que abordem os desafios da etnografia digital.

GT 10: Juventudes e o direito à Educação Básica

Coordenadores: Flavio Sofiati (FCS-UFG), Miriam Fábia Alves (FE-UFG), Sandra Oliveira (Seduc/GO)

O Grupo de Trabalho “Juventudes e o direito à educação” objetiva debater o tema sobre as juventudes e o direito à educação, focalizando as questões relativas às políticas educacionais para a educação dos jovens, obrigatoriedade, acesso, permanência, sucesso/fracasso escolar na educação básica. A proposição do Grupo de Trabalho com esse enfoque se apresenta no momento que o direito dos jovens à educação básica, garantido pela

Emenda Constitucional 59/2009, sofre com o desmonte do estado brasileiro, com o congelamento dos gastos primários por meio da EC 95/2016 e a reforma do ensino médio aprovada por meio da Lei 13.415/2017. Esse conjunto normativo aponta para mudanças na concepção da educação como direito de todos os brasileiros, como também representa uma ameaça para a garantia do direito à educação em diferentes aspectos: na oferta da educação escolar, especialmente para os mais pobres, os trabalhadores, o ensino noturno, a educação de jovens e adultos; na estruturação curricular, especialmente com a implementação da BNCC, bem como oferta dos itinerários formativos, como prevê a reforma do ensino médio; na qualidade da escolarização oferecida aos jovens nas escolas públicas, bem como as questões vinculadas ao sucesso e fracasso escolar. O GT acolherá os debates no campo da política educacional, bem como as narrativas dos jovens sobre a escola que querem, trabalhos que problematizem as experiências juvenis na educação básica, os posicionamentos das juventudes frente às políticas em curso. O Grupo de Trabalho também pretende problematizar questões relativas aos processos de militarização e privatização da escola pública e a garantia do direito à educação frente a esse avanço conservador na educação brasileira.

GT 11: Lazer e Consumo na Contemporaneidade

Coordenadores: Cleito Pereira dos Santos (FCS-UFG), Mateus Vieira Ório (UEG)

O Grupo de Trabalho comporta pesquisas e estudos acerca das teorias sobre o lazer e o consumo; lazer e tecnologia no capitalismo contemporâneo; lazer, cultura e sociedade; lazer, trabalho e tempo livre; consumo, lazer e classes sociais; esportes, lazer e políticas públicas; lazer e desenvolvimento social; lazer, educação e estilos de vida; o lazer e o consumo no Brasil.

GT 12: Movimentos Sociais e Poder Político

Coordenadores: Nildo Viana (FCS-UFG), José Santana da Silva (UEG), Lucas Maia (IFG)

O tema dos movimentos sociais emerge com força nas ciências humanas a partir da década de 1960. A pesquisa sociológica, mais especificamente, vem oferecendo uma quantidade de pesquisas cada vez maior para esse fenômeno social, tanto no que se refere a questões concretas quanto análises teóricas. O Grupo de Trabalho "Movimentos Sociais e Poder Político" visa discutir múltiplos aspectos da relação entre estes dois fenômenos. Por um lado, temos os movimentos sociais, com toda a sua complexidade, que é teórica e conceitual, bem com concreta, pois existem variados movimentos sociais (negro, feminino, estudantil, ecológico, etc.) e, além disso, envolve inúmeras questões e ramificações (ideologias e representações, organizações e ações, tendências e diferenças internas, etc.). Por outro lado, o poder político é um aspecto fundamental e determinante na sociedade moderna, englobando o aparato estatal e suas políticas estatais, a questão governamental, o problema da burocracia, os regimes políticos (democracia/ditadura), os processos políticos, bem como sua complexa relação com a sociedade civil. Nesse sentido, são dois fenômenos inseparáveis no interior da sociedade capitalista, pois os movimentos sociais são um dos principais elementos da sociedade civil e que mantém uma complexa relação com o Estado, os governos, a democracia, a ditadura, as ideologias e doutrinas políticas relacionadas com o poder político, etc. Sendo assim, o GT aceitará contribuições sobre a questão dos movimentos sociais (os mais variados e com temáticas específicas e derivadas, incluindo suas ramificações), tanto pesquisas concretas quanto teóricas, e sua relação com o Estado, políticas estatais em geral e políticas públicas (sociais) mais especificamente, regimes políticos (democracia, ditadura), conflitos e disputas, entre diversos outros temas que envolvem essa complexa relação entre movimentos sociais e poder político.

GT 13: Negros, Indígenas e Quilombolas na Universidade: direitos, demandas e desafios à construção da educação pluriepistêmica

Coordenadores: Alexandre Herbetta (FCS-UFG), Mônica Pechincha (FCS-UFG)

Na segunda década do século XXI, o acesso de indígenas, negros e quilombolas à universidade passa a ser garantido por dois caminhos: por meio da Lei de Cotas, Lei nº 12.711/2012, que estabelece a consideração de percentual mínimo de matrículas para negros e indígenas nos cursos de graduação e estimula, em algumas instituições, semelhante reserva na pós-graduação; e, desde a década anterior, em cursos específicos, com maior expressão na criação das Licenciaturas Interculturais Indígenas, com apoio do Prolind, programa exemplar no enfrentamento de parâmetros curriculares unificados, cegos à pluriculturalidade do país. Antes, foram promulgadas a Lei 10.639/2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e, em seguida, a Lei 11.645/2008, para incluir no currículo oficial a obrigatoriedade do ensino das histórias e culturas afro-brasileira e dos povos indígenas. Ao tempo em que esse reconhecimento de direitos se deu em decorrência de lutas, os sujeitos que os reivindicam consolidaram um campo próprio de reflexão intelectual, que sustenta e emerge da sua ação política. Em consonância, a presença mais significativa e tardia de negros, indígenas e quilombolas no âmbito acadêmico põe em relevo demandas de inclusão de suas necessidades, subjetividades e epistemologias, em contraposição ao intento homogeneizador, monocultural, monoétnico e excludente que constituiu historicamente a totalidade da formação superior no país. Diante dos marcos legais, este GT busca reunir e colocar em debate desafios e tensões à legitimação da presença negro-indígena no mundo acadêmico; a construção de conhecimento por negros, indígenas e quilombolas e a ruptura com os cânones teóricos homogeneizadores; repercussões da formação superior nos contextos societários de origem; estratégias, obscurecimentos e formas de interpretação da entrada das epistemologias afro-brasileiras e indígenas no ensino superior; correlações entre a presença dessa diversidade racial, étnica e cultural na sala de aula e a consolidação de um espaço formativo pluriepistêmico.

GT 14: O Papel do Discurso Religioso na Democracia Atual: crises e conquistas diante do cenário político brasileiro

Coordenadores: Flávio Munhoz Sofiati (FCS-UFG), Naiana Zaiden Rezende Souza (IFG)

A discussão da presença religiosa no meio político e social vem tomando importante espaço nos estudos sociológicos e jurídicos atuais. Isto porque temos, de um lado, a garantia de um Estado não confessional, permitindo constitucionalmente liberdade de crença, liberdade de organização e liberdade de culto e, de outro lado, a crescente presença de atores religiosos nas casas legislativas. Tratar de laicidade é reconhecer democraticamente a relação política entre religião, cidadãos e Estado. Com o avanço das liberdades individuais vimos o crescimento de lideranças religiosas buscando seu espaço na arena política. O cenário atual tem exigido uma ampla discussão em torno dos direitos fundamentais assegurados constitucionalmente em vista de que não sejam ameaçados. Nesse sentido, o objetivo do presente GT é fomentar a apresentação de estudos e pesquisas que discutam temas relacionados aos impactos do discurso religioso na democracia brasileira em suas diferentes esferas (jurídica, social, econômica, educacional, entre outras), com o intuito de debater de que maneira a presença dos atores políticos religiosos tem influenciado as crises e conquistas políticas no Brasil, principalmente no que tange aos Direitos Humanos, e se tal influência age de forma negativa ou positiva no meio social, impactando na formação de uma sociedade justa, democrática e igualitária.

GT 15: Participação e Controle Social Contemporâneo: limites e possibilidades para o Brasil pós-redemocratização

Coordenadores: Camila Romero Lameirão (FCS-UFG), Égon Rafael dos Santos Oliveira (FD-UnB)

A gestão pública brasileira tem passado por intensas e inúmeras transformações nas últimas três décadas, desencadeadas, especialmente, pela Constituição Federal de 1988. A Carta de 1988 estabeleceu importantes bases legais, notadamente, para a profissionalização

da burocracia, a instituição de mecanismos de controle e monitoramento da administração pública, a participação cidadã no processo decisório, e a descentralização da gestão de políticas e recursos para os estados e municípios. Objetivamente, impulsionou a geração de arranjos institucionais que funcionariam como canais de comunicação e interação do governo com a sociedade, com o objetivo de recolher subsídios do meio social e gerando reações a este meio, facultando aos cidadãos mecanismos de participação no debate sobre as escolhas de metas e políticas públicas, e no acompanhamento, controle e avaliação da consecução delas.

Neste contexto, são recorrentes os argumentos de que os processos de mudança desencadeados gerariam uma administração pública acessível e transparente ao cidadão. Contudo, a extensão das transformações projetadas para o Estado brasileiro nessas últimas três décadas é proporcional aos desafios para efetivá-las. As mudanças não ocorrem rapidamente, tampouco os seus efeitos são imediatamente percebidos pela população.

Se, por um lado, há transformações em curso na organização e funcionamento do Estado que buscam melhorar a qualidade da gestão pública, por outro, é preciso identificar e compreender em que nível estas transformações estão, de fato, ocorrendo, quais os seus principais desafios, e os efeitos que estão produzindo. Em específico, considera-se oportuna uma avaliação sobre os processos de participação e controle social na administração pública, dado o suposto de que são dimensões que revelam não apenas a qualidade da gestão do Estado, mas do regime democrático de um país. Atualmente, a academia brasileira já é provida de um número substantivo de análises empíricas e teóricas que indicam alguns diagnósticos.

Sendo assim, o objetivo deste GT é promover um espaço de discussões sobre o funcionamento das instituições políticas e do Estado e a produção de políticas públicas em suas diferentes etapas que tenham as dimensões da participação e do controle social como eixos de análise. Serão acolhidos trabalhos que enfatizem tanto uma perspectiva teórica como empírica sobre esses temas.

GT 16: Performance Negra, Tradição e Modernidade

Coordenadores: Renata de Lima Silva (FCS/FEFD-UFG), Elderson Melo de Miranda (FCS-UFG), Helder Carlos de Miranda (FCS-UFG)

O GT engloba estudos da performance negra como fenômeno e análise das manifestações expressivas da diáspora africana no Brasil e na América. Inclui as discussões sobre a evolução dos espaços democráticos e de direitos humanos para a realização das performances negras na atualidade. Intenta reunir trabalhos que englobem tradições populares e arte contemporânea em relação com as manifestações culturais negras. Propõe reflexões acerca das problemáticas do conceito de tradição, ritual e sagrado em relação com os estudos de performances negra. Aceita trabalhos cujo foco seja a discussão sobre performance contemporânea de artistas negros.

GT 17: Performances Culturais: desmontando ditaduras e exercendo democracias

Coordenadores: Robson Corrêa de Camargo (PPGIPC/FCS-UFG), Eduardo Jose Renato (PPGIPC/FCS-UFG), Nadia Weber (PPGIPC/FCS-UFG)

Brasil é um país injusto, desigual e violento, marcado pela precariedade, ineficiência e descaso pelo que é público, pela negação de direitos e por uma cultura de violência. As constantes crises são marcadas por uma estrutura sociocultural desigual, que oscila entre centelhas de modernidade e raios da tradição. O objetivo deste GT é entender este processo a partir do olhar e da prática manifesta das performances culturais em distintas configurações, estruturadas pelos múltiplos grupos que tem se manifestado criticamente na realidade brasileira, sejam grupos sociais, culturais, de etnia, gênero etc.

De que forma as performances culturais se manifestam neste processo, como se apresenta sua diversidade coletivamente e individualmente no processo desta desigualdade? Como se manifesta esta diversidade na teia deste país injusto, desigual e violento em suas

várias configurações? De que forma se estrutura e se experiencia, nas performances culturais, uma cultura de respeito à diversidade, a cidadania, aos direitos humanos?

As performances culturais tem como finalidade o entendimento das culturas através de seus produtos 'culturais' em sua profusa diversidade, ou seja, como o ser humano as elabora, as experimenta, as percebe e se percebe, sua gênese, sua estrutura, suas contradições e seu vir-a-ser. Tais fenômenos são interpretados em seu processo contraditório de formação, de constituição e de movimento, em diálogo com estruturas gerais das tradições e pelas transformações estabelecidas a partir de formas culturais contemporâneas.

O exame das performances culturais se desenvolveu no século XX, perambulam, elas, entre seus múltiplos caminhos, pelas trilhas do universo simbólico de Cassirer ([1944]). A linguagem, o mito, a arte e a religião entretecem aí o emaranhado da densa experiência humana. Todo progresso humano em pensamento e experiência é refinado por essa rede e a fortalece. Performances também são emoções imaginárias, suas fantasias e sonhos concretizados. Mas também são suas memórias, individuais e coletivas, presentes nas práticas, nos tempos e nos fenômenos culturais. Estudar as performances culturais significa entender as formas de sua imersão neste universo simbólico e, muitas vezes, sua inserção no memorial dos seres humanos. Como prática e sensibilidade as performances da cultura tocam o ‘não racional’ de forma direta, produzem uma maneira de ser e de estar no mundo, através de processos subjetivos e rituais que brotam do íntimo dos indivíduos, e que podem junto às performances ser coletivamente compartilhados, pois sociais e pertencentes a um dado tempo histórico.

GT 18: Performances Culturais e Visualidades

Coordenadores: Lara Lima Satler (PPGICP/FCS-UFG e PPGCOM/FIC-UFG), Roberto Abdala (PPGICP/FCS-UFG e PPGH-UFG), Alice Fátima Martins (PPG Arte e Cultura Visual-UFG)

A cultura como paradigma de reflexão sobre a vida humana: abordagens científicas e artísticas sobre construção de conhecimento no contemporâneo. A sociologia da cultura e estudos centrados na cultura, como as Performances Culturais: articulações teóricas e

metodológicas. A diversidade, os embates, apropriações e conflitos das culturas em performance.

As visualidades como construções culturais, e as dimensões visuais das performances culturais. As performances como ações significativas, nas quais as visualidades cumprem o papel de propiciar interação entre subjetividades e culturas.

A performatividade do ato de ver e ouvir, e a potência performativa das visualidades e sonoridades. A cultura, suas performances mediadas pela fotografia, cinema, vídeo e imagem síntese. Os tempos do imediato e os da mediação. O ao vivo *versus* o mediado: a plateia e o público. Estudos cujos objetos interessem-se pela própria imagem e também pelas suas mediações. As mediações institucionais, sociais, rituais e técnicas.

Os aparatos tecnológicos nos processos de mediação e também de formatação das performances. Narrativas audiovisuais e performances culturais. Implicações das mediações das performances da cultura nas crises e conquistas de direitos humanos: marcos históricos, avanços e retrocessos.

GT 19: Relações Internacionais e Nova Agenda Global

Coordenadores: João Roriz (FCS-UFG), Diego Trindade d'Ávila Magalhães (FCS-UFG)

Até alguns anos atrás temas como direitos humanos, meio ambiente, migração, saúde, pobreza e outros eram escassos ou marginalizados na literatura canônica de relações internacionais. Considerados como *low politics*, tais assuntos eram restritos a preocupações periféricas e contingenciais para os autores que formataram a disciplina a partir dos referenciais políticos e sociais de países do norte. Durante a guerra fria, paz e guerra, segurança, questões nucleares e balança de poder dominavam tanto a agenda dos tomadores de decisão quanto as páginas de artigos e livros acadêmicos.

Com a expansão da comunidade epistêmica para além da Europa e dos EUA, assim como um contexto político menos rígido depois da década de 1990, os estudos de relações internacionais tiveram suas bases epistemológicas e seu próprio objeto de estudo questionados. Perspectivas críticas, construtivistas, pós-estruturalistas, feministas, pós-coloniais, dentre outras, desafiaram o edifício saber/poder da disciplina a partir de variados

vieses e referências. Nesse esforço, novos temas, atores, métodos e preocupações foram posicionados em contato com a disciplina.

Buscando reunir reflexões sobre temas como direitos humanos, meio ambiente, migração, saúde, pobreza e outros, este GT encoraja a proposição de trabalhos que questionem os vieses canônicos de leitura do plano internacional. Pretendemos abrigar trabalhos de diferentes correntes e perspectivas teóricas, bem como de distintas disciplinas, a fim de repensar a política internacional e sua interlocução com o plano doméstico.

GT 20: Sociologia das práticas culturais urbanas

Coordenadores: Lucas Amaral de Oliveira (FCS-UFG), Thaisa da Silva Ferreira (FCS-UFG)

Os últimos anos têm sido marcados pela emergência de novas práticas artísticas, culturais e intelectuais protagonizadas pela juventude brasileira urbana. Inserindo-se nesse contexto, o objetivo deste Grupo de Trabalho é constituir um espaço de interlocução possível entre estudantes, docentes e demais pesquisadores/as, de diversas áreas do conhecimento, que estejam desenvolvendo pesquisas sobre movimentos culturais urbanos ou práticas de ação cultural e suas relações com a cidade. Nesse sentido, o GT "Sociologia das Práticas Culturais Urbanas" pretende destacar a pluralidade das culturas juvenis que vivem e atuam na cidade, sobretudo no que tange a suas práticas artísticas, hegemônicas ou contra hegemônicas, às socialidades que desenvolvem e aos processos de (re)apropriação espacial que iniciam. A ideia é explorar as convergências e as divergências interpretativas presentes na atual produção científica sobre o tema.

Os espaços sociais urbanos ocupados e/ou negados para a juventude, bem como as relações socioculturais que neles são tecidas, também são temas relevantes e transversais desta proposta. Desse modo, o GT aceitará dois tipos de contribuição: (1) relatos de pesquisa que abordem práticas, estratégias, trajetórias e experiências, individuais ou coletivas, implicadas em iniciativas culturais da juventude brasileira urbana; e (2) relatos de experiência de artistas, educadores/as, produtores/as e mediadores/as culturais envolvidos/as com essas práticas. Com isso, pretende-se criar um espaço de debates sobre produções culturais urbanas da(s) juventude(s) no contexto do Centro-Oeste brasileiro, a partir da

construção dessas culturas juvenis, sobretudo aquelas que abordem práticas como: grafite, pixação, batalhas de rap, saraus, slams, teatros populares, dança, parkour, intervenções audiovisuais, performances artísticas, coletivos feministas, LGBTTs, das periferias, etc.

GT 21: Trabalho: crises, desigualdades e direitos

Coordenadores: Jordão Horta Nunes (FCS-UFG), Tania Ludmila Dias Tosta (FCS-UFG), Lucinéia Scremin Martins (FCS-UFG)

O objetivo deste GT é contemplar as transformações no mercado diante das profundas mudanças econômicas, sociais e políticas contemporâneas, com destaque à recente crise econômica, política e social e tramitação da reforma trabalhista. Nesse sentido, o GT prioriza análises com base em temas de pesquisa de diferentes áreas do conhecimento, tais como: os novos sentidos do trabalho; organização e processos de trabalho; relações de trabalho, sofrimentos decorrentes do trabalho; identidades, ocupações e profissões; terceirizações subcontratação, flexibilização; regulação, reforma trabalhista e seus efeitos; informalidade, precarização/precariedade do trabalho; sindicatos e associativismo; formação e trabalho na educação; trabalho e gênero; trabalho e desigualdades: interseccionalidade/consubstancialidade.

GT 22: Violência, Criminalidade e Controle Social

Coordenadores: Dijaci David de Oliveira (FCS-UFG), Irmã Petra Silvia Pfaller (Pastoral Carcerária), Wilson Rocha Fernandes Assis (MPF)

As preocupações com a violência, a criminalidade e o controle social crescem constantemente no debate social e na agenda política das sociedades contemporâneas, com destaque para a conjuntura brasileira. Nesse sentido, o GT aqui proposto busca reunir pesquisadores que apresentem discussões teóricas e achados metodológicos e empíricos que versem acerca desses campos de investigação e nos mais distintos contextos sociais. Procura-

se desenvolver uma discussão em caráter interdisciplinar e interseccional a fim de agregar diferentes reflexões acerca dessas temáticas. O GT está dividido em três eixos:

1) ***Práticas de violência e criminalidade***: nesta sessão a preocupação centra-se nas altas taxas de incidência delitiva e de letalidade, nas estruturações e nas transformações das dinâmicas criminais e de grupos criminosos, nas políticas de estado, como a guerra às drogas e os planos de redução da violência e da criminalidade, e nas novas formas de gestão dos ilegalismos;

2) ***Controle social e as instituições restritivas de liberdade***: insere-se nessa sessão estudos acerca das instituições responsáveis pelo controle social no âmbito do sistema de justiça criminal e da segurança pública e as populações encarceradas nessas instituições, com destaque para o sistema prisional e penitenciário, o sistema socioeducativo, os modelos manicomiais de enclausuramento, entre outros e;

3) ***Grupos socialmente segregados e movimentos sociais***: incluem-se aqui estudos que abordem violências contra diferentes populações vulneráveis e marginalizadas, cujos corpos são criminalizáveis e descartáveis, como moradores das periferias, pessoas em situação de rua, pessoas desaparecidas, usuários de substâncias ilícitas, migrantes, mulheres, população LGBTT, entre outros. Nessa sessão, insere-se também os estudos que dão vozes aos indivíduos que vivenciam diretamente os conflitos urbanos, como policiais e vítimas da violência do Estado, e os movimentos sociais que se organizam na luta por mudanças nas políticas públicas de segurança e justiça, como os movimentos sociais pela legalização das drogas, contra a violência policial, pela redução de homicídios, em defesa da população em situação de rua, entre outros.

GT 23: Igualdade, Estado de Direito e Democracia na América Latina

Coordenadores: Carlos Ugo Santander (FCS-UFG), Carlos F. Domínguez (Centro Universitário Unieuro)

O mais recente relatório de Latinobarômetro 2018 sobre a evolução e o devir da qualidade da democracia no Brasil e em outros países latino-americanos é bastante preocupante. Após trinta anos gloriosos de avanços democráticos 1978-2018, a assim

chamada Terceira Onda de Huntington parece ter chegado ao fim no continente. E consequentemente a referida onda de democratização estaria sendo substituída por uma onda de reversa, onde o conceito de "autoritarismo competitivo" de Robert Levitsky é uma alternativa analítica consistente. Observe-se que o zênite das democracias latino-americanas aconteceu entre 2004 e 2008. Na época, 19 países do continente – isto é, todos, com excepção do peculiar caso cubano – podiam ser considerados claramente de orientação democrática.

Entretanto, desde a irregular interrupção do mandato de Manuel Zelaya em Honduras (2009), percebe-se uma persistente declinação do regime político democrático em numerosos países. A crise na qualidade das democracias latino-americanas está correlacionada a irregulares interrupções de mandatos, à corrupção, ao clientelismo/populismo, à insegurança pública, à deslegitimação de instituições, e à desafeição cidadã. O impacto dessas tendências negativas foi particularmente evidente nas dimensões do Estado de Direito, Igualdade/Solidariedade e Responsividade – todas elas importantes sob a perspectiva dos estudos da qualidade da democracia.

Nesse contexto, este GT explora a crise democrática no continente, com ênfase nas dimensões da Igualdade/Solidariedade e do Estado de Direito. Também, procura-se compreender melhor o como e por que esses fenômenos acabam afetando e deteriorando a qualidade da democracia existente no Brasil e outros países latino-americanos, e suas implicações nas relações hemisféricas e globais.